

## Por direitos e democracia

Leia editorial sobre a conjuntura assinado pela Diretoria do nosso Sindicato. Página 2

## População rejeita a terceirização

Terceirizar a atividade-fim aumenta o desemprego e expõe clientes e bancários. Pág. 3

## Mais uma vitória: Trabalhador do Itaú reintegrado.

Ação do nosso Sindicato fez justiça a bancário vítima de doença do trabalho. Página 4



# NOTÍCIAS BANCÁRIAS



NA LUTA  
POR DIREITOS  
E DEMOCRACIA

• INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC • ANO XXIV • EDIÇÃO 999 • 25SET2018 •



**A  
LUTA  
NÃO  
ACABA  
NUNCA**

*Numa conjuntura particularmente difícil, com a explosão do desemprego e a retirada de direitos, nossa categoria conseguiu, com muita união, pressão e a organização dos sindicatos, manter conquistas e estabelecer novas cláusulas em sua convenção nacional.*

*Agora, a luta continua, por mais e melhores empregos, pela revogação da reforma trabalhista e de todas as leis que prejudicam a classe trabalhadora. E passa pela escolha de candidatos comprometidos com os trabalhadores nas eleições do dia 7 de outubro.*

## Editorial

### Na luta por direitos e democracia

# O BRASIL FELIZ DE NOVO

O Sindicato dos Bancários do ABC, pautado pelo princípio da ética, transparência e do exercício democrático, expressa seu apoio ao candidato Fernando Haddad (PT) para a presidência da República.

As razões para esse apoio estão fundamentadas nas propostas apresentadas pelo candidato, que caminham no sentido de revogar a reforma trabalhista em vigor e a lei da terceirização irrestrita (ambas já causando enormes prejuízos à classe trabalhadora); alterações que não comprometam o pleno direito à aposentadoria no caso de uma reforma da Previdência; valorização das empresas públicas (entre elas os bancos), afastando o risco das privatizações, e programas que priorizem a geração do emprego no País.

O candidato Haddad, acreditamos, dará continuidade à política implementada pelo ex-presidente Lula, com iniciativas voltadas à redução da desigualdade e da pobreza em setores essenciais, como habitação, educação, saúde, para que esse seja novamente um Brasil de todos.

Além disso, jamais poderíamos deixar de apoiar o pleno respeito aos direitos humanos e desenvolvimento de ações para promovê-lo em todos os espaços da sociedade, com programas específicos que atendam a recortes como gênero, raça, atenção à criança e ao adolescente, programas sociais para aqueles com menor renda (e nesse aspecto os bancos públicos têm papel fundamental) e tantos outros grupos que necessitam e merecem a criação de políticas especiais.

Votar em Fernando Haddad é também garantir que a trajetória democrática de nosso País não seja interrompida. Nossa democracia é jovem e precisa ser fortalecida a cada dia, inclusive nas urnas. No dia 7 de outubro, escolha candidatos que vão representar os trabalhadores na Presidência, nos governos e assembleias estaduais e no Congresso Nacional (deputados federais e senadores). Vote 13, e confirme que o Brasil poderá ser feliz de novo.

**Direção do Sindicato • Gestão 2018/2021**

## Faça seu candidato se comprometer com a revogação de leis antitrabalhadores

# Vote para revogar e defender seus direitos

As medidas tomadas pelo presidente ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) após o golpe de 2016 estão causando um desmonte do Estado brasileiro e a extinção de diversos direitos trabalhistas. Para revogar essas medidas, que incluem a reforma trabalhista, o congelamento dos gastos públicos por 20 anos e a entrega da soberania nacional para o capital estrangeiro, foi lançada a campanha **Vote e Revogue**, uma iniciativa da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político em parceria com o projeto “Sociedade Civil construindo a Resistência Democrática” e que conta com o apoio da CUT, da Frente Brasil Popular e movimentos sociais.

Às vésperas de uma eleição geral que pode mudar os rumos do País, o objetivo é pedir aos eleitores que cobrem dos seus candidatos que, caso eleitos, se comprometam a apoiar a convocação de referendos revogatórios de aproximadamente 10 medidas aprovadas pelo golpista Temer e seus aliados. Essa possibilidade está na Constituição brasileira, que prevê que a população seja ouvida também por meio de mecanismos de participação direta como plebiscitos e referendos.

As leis e medidas que os movimentos querem revogar são as que tratam da reforma trabalhista; terceirizações; Teto de Gastos - Emenda Constitucional 95; reforma do Ensino Médio; fim dos mi-



nistérios e políticas para mulheres e de igualdade racial; desmonte da Funai e das políticas indígenas; privatização do saneamento básico; desmonte da EBC e da comunicação pública; mudanças na regularização de terras urbanas e rurais, entrega do pré-sal e dos setores de gás e mineração.

A CUT apresentou duas propostas entre as dez eleitas como prioritárias: a revogação da reforma trabalhista e da Emenda Constitucional (EC) 95, a

PEC do Teto dos Gastos Públicos. “O voto de cada um é um instrumento fundamental para reverter essa situação. E não só o voto para presidente, mas também senadores e deputados, porque foi no Congresso que essas alterações contra os trabalhadores brasileiros foram aprovadas. Precisamos eleger pessoas comprometidas com a defesa de nossos direitos e interesses”, afirma o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

### Deputados federais de SP que votaram e votam contra os trabalhadores

**DEM** • Alexandre Leite, Eli Corrêa Filho, Jorge Tadeu Mudalen, Marcelo Aguiar, Missionário José Olímpio • **MDB** • Baleia Rossi • **PP** • Fausto Pinato, Paulo Maluf, Ricardo Izar • **PPS** • Alex Manente, Pollyana Gama • **PR** • Capitão Augusto, Marcio Alvino, Miguel Lombardi, Milton Monti • **PRB** • Antonio Bulhões, Beto Mansur, Celso Russomanno, Marcelo Squassoni, Roberto Alves, Vinicius Carvalho • **PSB** • Luiz Lauro Filho • **PSC** • Eduardo Bolsonaro, Gilberto Nascimento, Pastor Marco Feliciano • **PSD** • Goulart, Herculano Passos, Jefferson Campos, Walter Ihoshi • **PSDB** • Adermis Marini, Bruna Furlan, Carlos Sampaio, Eduardo Cury, Izaque Silva, João Paulo Papa, Lobbe Neto, Mara Gabrilli, Miguel Haddad, Ricardo Tripoli, Silvio Torres, Vanderlei Macris, Vitor Lippi • **PTB** • Nelson Marquizezelli • **PTN** • Renata Abreu • **PV** • Antonio Carlos Mendes Thame, Evandro Gussi

**Conquistas**

# A LUTA NÃO ACABA NUNCA

*Com a campanha 2018 encerrada e direitos preservados, vamos pressionar para garantir o emprego*

Numa conjuntura particularmente difícil, com a explosão do desemprego e a retirada de direitos, os trabalhadores bancários conseguiram, com muita união e pressão, manter conquistas e estabelecer novas cláusulas em sua convenção nacional. Além da questão econômica, com reposição da inflação e aumento real nos salários e demais verbas, foram contempladas questões sociais, tais como a garantia de realização de um terceiro Censo da Diversidade, proibição de se divulgar ranking individual, o direito a parcelar em



Foto: Dina Santos

> PRESIDENTE BELMIRO, DURANTE ASSEMBLEIA DA CAMPANHA 2018

até três vezes o adiantamento de férias (que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso) e

a inclusão na CCT dos chamados hipersuficientes (trabalhadores que têm curso superior, ganham mais de R\$11.291,60 e

estariam expostos a negociar diretamente com os patrões, de acordo com a lei trabalhista). O acordo tem validade bi-anual; ou seja, esses itens estão garantidos pelos próximos dois anos.

“Evidentemente a campanha se encerra, mas a luta não acaba nunca. Nosso foco agora é a discussão do emprego, pois o País vive uma crise, novas tecnologias chegam diariamente aos bancos, há fechamento de agências e é preciso garantir que o trabalhador não seja descartado”, aponta o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

## Gratificação de função é mantida em 55%

*Sindicato orienta sobre impacto nas ações de 7ª 8ª; que têm prazo de ingresso até 1º de dezembro*

Essa campanha salarial foi mais difícil que as dos anos anteriores. Um dos motivos é que a reforma trabalhista acabou com a ultratividades, que garantia que as normas coletivas vigorariam até que um novo acordo fosse fechado. Com o fim da ultratividades normas como auxílio-alimentação, refeição, creche, estabilidades etc, deixam de existir imediatamente após a vigência do acordo.

Uma das normas da convenção coletiva existente há anos nos acordos é o direito ao pagamento de gratificação de função de no mínimo 55% do salário base. Essa é uma vantagem, pois a CLT prevê a gratificação de apenas 33%. Mas na negociação deste ano a Fenaban ameaçou não renovar essa cláusula, dizendo que aplicaria, a partir de setembro, apenas a gratificação de função prevista na CLT, de 33%. Ou seja, o salário dos que recebem gratificação de função poderia sofrer uma redução.

Diante desta ameaça, e após árdua negociação sobre o tema, foi possível assegurar a manutenção da gratificação de 55%. No entanto, a

norma passou a prever que o trabalhador que ingressar com ação judicial a partir do dia 1º de dezembro, para pagamento da 7ª 8ª, sofrerá o desconto da gratificação de função sobre o valor que receber

na ação, no limite de até 55%. É bom esclarecer que a 7ª 8ª existe para corrigir uma distorção da jornada dos bancários. A CLT prevê como regra que o bancário tem direito a uma jornada diária de 6 horas, exceto aqueles que exercem cargo de confiança. Esses bancários poderão fazer 8 horas diárias desde que recebam gratificação de função de no mínimo 33% do salário base.

Mas infelizmente os bancos há muito tempo não vêm respeitando a jornada de 6 horas dos bancá-

**15 NOV**

**Fique de olho!**

Agende seu atendimento na Secretaria Jurídica preferencialmente até 15 de novembro

rios. Inúmeros trabalhadores trabalham 8 horas, sob a justificativa de que exercem cargo de confiança e recebem a gratificação de função. Alguns trabalhadores, por entenderem que não têm função

de confiança, ingressam com as ações trabalhistas para receber como horas extras aquelas realizadas além da 6ª diária, qual seja a 7ª 8ª. Portanto, somente teriam direito de receber a 7ª 8ª os trabalhadores que têm jornada de 8 horas. Na Justiça o trabalhador pode ganhar ou perder, na medida em que a lei não define o que seria um cargo de confiança. Cada juiz, portanto, tem a sua interpretação sobre isso, gerando decisões a favor ou contra o trabalhador.

A possibilidade do desconto da

gratificação de função na 7ª 8ª não eliminou o pagamento destas horas. Porém houve redução do valor. Assim, por exemplo, um trabalhador que recebe exatamente 55% de gratificação de função, se ganhar a ação judicial ainda poderá receber por volta de 30% do valor da 7ª 8ª. Mas muitos trabalhadores recebem gratificação de função superior a 55%. Um trabalhador que recebe uma gratificação de função de 95%, ainda receberá por volta de 45% do valor da 7ª 8ª. Mas certamente uma redução de gratificação de função de 55% para 33%, como queriam os bancos, traria um efeito negativo imediato na vida dos bancários. Diante disso, o Sindicato está à disposição dos trabalhadores que queiram ingressar com ações de 7ª 8ª antes do dia 1º de dezembro de 2018. Os interessados devem entrar em contato com a Secretaria Jurídica do Sindicato e agendar um horário. Mas não deixe para a última hora, procure agendar até no máximo dia 15 de novembro, para termos tempo hábil para distribuir a ação.

## Itaú

## Sindicato garante reintegração de bancário



> NOSSA DIRETORA, CARINA LEONE, E SÍLVIO: VITÓRIA!

O hábito de procurar sempre o Sindicato para buscar esclarecimentos foi determinante para que o bancário Sílvio Severo dos Santos, 46 anos, conquistasse sua reintegração na empresa. Sílvio, que tem 27 anos de Itaú, passou por muitas situações-limite durante essa longa carreira, mas entre as mais sentidas talvez esteja hoje justamente o descaso com que acabou sendo tratado pela instituição.

Em junho de 2008 ele trabalhava como gerente operacional em

Mauá, quando foi sequestrado ao sair de casa. À época não foi afastado: o Itaú apenas antecipou e prolongou suas férias. Mas novos episódios de violência e suas sequelas prosseguiriam por muito mais tempo, tanto para Sílvio como para sua família. O bancário ainda teve que enfrentar um assalto em outra unidade do banco. Como consequência, até hoje tem que tomar remédios para dormir e para ansiedade, e teme trabalhar em agências de rua ou de grande movimentação.

Com a carreira interrompida, sem a chance de promoções e recebendo avaliações duvidosas por parte de gestores ou mesmo dos médicos que trabalham para o Itaú, Sílvio acabou sendo demi-

tido em maio passado. O que o banco não sabia, porém, é que desde junho de 2012 o bancário buscava no INSS, a partir de processo aberto com orientação do Sindicato, um benefício que viria a lhe conferir estabilidade. “Se eu não tivesse procurado o Sindicato estaria demitido. Eu me sinto injustiçado pelo banco, mas felizmente busquei meus direitos. E digo a todo mundo: não adianta reclamar e só cobrar” aponta. A diretora Carina Leone, que acompanha o caso, lembra que o Sindicato é dos bancários, e todos devem recorrer a ele. “Hoje em dia, por exemplo, a reforma trabalhista faz com que as homologações não sejam mais feitas na entidade. É um erro que pode trazer graves consequências, porque até nesse momento o bancário pode sair prejudicado”, explica.

Leia íntegra dessa reportagem no site do Sindicato.

## Caixa

## Pagamento das horas extras tem que ser integral em agências com até 20 empregados

A Caixa está descumprindo a cláusula que estabelece o pagamento integral das horas-extras em agências com até 20 empregados. De acordo com denúncias recebidas pelo Sindicato, há locais de trabalho na região cujo número não ultrapassa esse limite pagando apenas 50% do valor das horas-extras e o restante em compensação. Leia a matéria completa no nosso site.

## Banco do Brasil



## Trabalho

## Terceirização generalizada é perigosa e rejeitada pela maioria dos brasileiros

*Terceirizar atividades-fim expõe clientes dos bancos e reduz o emprego na categoria*

Um dia antes da assinatura da novo CCT da categoria, em 30 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a terceirização nas atividades-fim das empresas é constitucional. A decisão, que afeta milhões de trabalhadores pelo País, amplia no setor financeiro a terceirização irrestrita em todos os segmentos, atingindo gerências, caixas, crédito e áreas de tecnologia, além de colocar em risco o sigilo bancário. É uma decisão que também vai contra os anseios da população brasileira: pesquisa CUT/Vox Populi, realizada entre os

dias 7 e 11 de setembro revelou que para 36% dos entrevistados a terceirização irrestrita só é boa para os patrões. Apenas 2% dos entrevistados consideram a terceirização boa para os trabalhadores. Outros 17% avaliam que não é boa para ninguém e 15% acham que é boa para ambos, trabalhadores e patrões. 29% não souberam ou não quiseram responder. Na ponta do lápis, é fácil perceber que a maioria está corretíssima: no caso da categoria bancária, por exemplo, estudos indicam que a diferença de renda anual entre um trabalhador bancário

e um de telemarketing terceirizado no setor é muito grande. Considerando-se férias, 13º, auxílios alimentação e refeição, auxílio-creche, FGTS e participação nos lucros e resultados o terceirizado recebe 27,4% da renda anual percebida pelo trabalhador bancário em um ano. Além disso, tem menos direitos garantidos e é maior o risco de que venha a sofrer um acidente de trabalho.

“Como ganha menos, tem menos direitos e corre até mais riscos por falta de segurança, o terceirizado troca de emprego frequentemente, o que contribui

para aumentar a rotatividade e diminuir as contribuições ao INSS, colocando em risco a Previdência Social”, afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas. A exposição dos dados bancários de clientes e usuários também é maior quando se trabalha com terceirizados, justamente pela rotatividade e porque atividades como aplicações financeiras, concessão de crédito etc, ficam fora do controle daqueles trabalhadores que têm competência técnica e jurídica para executá-las. Com isso, mais uma vez perdem os trabalhadores e a sociedade em geral.